

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



ARQUIVO NACIONAL

RELATÓRIO SÍNTESE DAS ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 2011

**RIO DE JANEIRO
NOVEMBRO DE 2011**

O **Arquivo Nacional**, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal, órgão específico singular da estrutura básica do Ministério da Justiça, diretamente subordinado ao Ministro de Estado, tem por finalidade implementar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – órgão central do Sistema Nacional de Arquivos, por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do País, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo, o cidadão na defesa de seus direitos e de incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

No **Campo da Política Nacional de Arquivos** destacam-se o envio para apreciação do Senhor Ministro de Estado da Justiça de minuta de Decreto de Declaração como de Interesse Público e Social do acervo privado do Arquivo da Cúria Diocesana de Nova Iguaçu e também do acervo privado do Educador Paulo Freire; parceria com os Estados da Bahia, do Mato Grosso do Sul, do Pará, de Minas Gerais, da Paraíba e de Pernambuco para a realização de Oficinas Técnicas do CONARQ com o objetivo de divulgar os instrumentos técnicos produzidos no âmbito do Conselho, disseminar conhecimento arquivístico, estimular o desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades dos profissionais envolvidos nas atividades arquivísticas, estimular o diálogo entre o CONARQ e os integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR, contribuindo assim, para a melhoria dos serviços prestados pelos arquivos públicos aos Governos dos Estados, bem como aos seus usuários; elaboração da recomendação para o resgate de acervos documentais danificados por água e publicação de resolução recomendando sua adoção pelos órgãos e entidades integrantes do SINAR. Para o ano de 2012, o Plano de Ação do CONARQ tem como objetivo a Reedição do Estágio Nacional de Arquivos (ENA); promoção de campanha nacional de sensibilização junto aos governadores dos estados e prefeitos apontando para a necessidade de criação de arquivos públicos onde não houver, bem como para que os arquivos já institucionalizados possam contar com uma maior autonomia administrativa e orçamentária e serem dotados de recursos humanos e financeiros próprios; continuidade de parcerias com outros estados para a realização das Oficinas Técnicas do CONARQ. Por fim cabe destacar o apoio à realização da 1ª Conferência Nacional de Arquivos – CNARQ, instituída por Decreto pela Presidente Dilma Rousseff. As cinco Conferências Regionais foram realizadas durante o mês de outubro e a etapa nacional será realizada em Brasília nos dias 14 a 17 de dezembro.

No **Campo da Política Internacional de Arquivos** deu-se continuidade às ações do Protocolo de Cooperação entre Brasil e Portugal para as áreas dos Arquivos com intercâmbio de dados e informações entre os arquivos históricos dos dois países. O Arquivo Nacional firmou com o Arquivo Nacional Holandês protocolo de cooperação para desenvolvimento de ações de intercâmbio de dados e informações em especial sobre imigração holandesa e criação de guia de fontes de interesse para a história comum. Dentro do Programa de Cooperação Sul-Sul, coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE), o Arquivo Nacional participou de um programa de treinamento para os servidores do Arquivo Nacional de Timor Leste. Foram realizadas oficinas técnicas durante três semanas em gestão de documentos e preservação de acervos para servidores do Governo de Moçambique, capacitados o ano passado, dentro da ação de formação de multiplicadores. O programa de Cooperação Técnica entre o Governo Brasileiro (ABC/MRE e MJ) e a UNESCO – Projeto 914BRA5000 – teve grande importância para a realização de diversas oficinas de capacitação nos Estados, na realização de Seminários técnicos, tanto nacionais quanto internacionais, bem como na realização de programa de difusão. Este ano o Brasil, por intermédio do Arquivo Nacional, assume a Presidência da Associação Latino-americana de Arquivos – ALA, passando a integrar o Comitê Executivo do Conselho Internacional de Arquivos – ICA, com sede em Paris, bem como a Presidência do Comitê Regional para a América Latina e o Caribe do Programa Memória do Mundo da UNESCO – MOWLAC. Este ano o Comitê Internacional do Programa MOW UNESCO nominou como patrimônio da humanidade os acervos do projeto “Rede de informações e contrainformações do regime militar no Brasil (1964-1985), apresentado pelo Arquivo Nacional e integrado pelas seguintes instituições arquivísticas: Arquivo Nacional, Arquivo Público do Estado do Ceará, Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, Centro de Documentação e Informação Arquivística da Universidade Federal de Goiás, Arquivo Público do Estado do Maranhão, Arquivo Público Mineiro, Arquivo Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco, Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e Arquivo Público do Estado de São Paulo, cuja diplomação, pela UNESCO, será realizada em cerimônia organizada pela Comissão Nacional do Brasil do Programa MOW na Ilha Fiscal, no Rio de Janeiro, no dia 2 de dezembro.

No âmbito da **Gestão de Documentos Federais**, que tem como objetivo garantir que os documentos produzidos e acumulados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal sejam localizados com rapidez e sem dificuldades, assegurando ao governo e ao cidadão acesso pleno às informações primordiais para a defesa e garantia de seus direitos, foram empreendidas atividades, em conjunto com a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Departamento de Governo Eletrônico (e-gov), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para definir os padrões para a Estruturação de Informações de Protocolo para a Sociedade, culminando com a absorção de todas as competências relativas às atividades de protocolo e arquivos pelo Sistema de Gestão de Documentos - SIGA, da Administração Pública Federal, cujo órgão central é o Arquivo Nacional, o que permitirá ao cidadão acompanhar a tramitação dos documentos de seu interesse em qualquer órgão ou entidade. Além de dar continuidade à revisão do Código de Classificação e da Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo referentes às Atividades-Meio da Administração Pública e da prestação de orientação técnica a orientação técnica, aproximadamente, cento e trinta e dois órgãos e entidades da Administração Pública Federal no que diz respeito à análise para aprovação de códigos de classificação e tabelas de temporalidade e destinação de documentos de arquivo referentes às atividades-fim de órgãos e entidades, tais como: Ministério da Defesa (MD), Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), Departamento de Polícia Federal (DPF), Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF), Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI) e Banco do Brasil, aprovação de diversas Listagens de Eliminação de Documentos de órgãos e entidades do Governo Federal.

No que tange as novas tecnologias da informação foram desenvolvidos estudos e elaboradas diretrizes para gestão de mensagens de correio eletrônico como documentos de arquivo; supervisão do **Programa Permanente de Preservação Digital do Arquivo Nacional (AN Digital)**, especialmente para definição da Política de Preservação Digital do Arquivo Nacional; participação no Projeto Internacional de Preservação de Documentos Digitais Autênticos – *InterPARES 3*, cuja pesquisa é formada por 12 equipes (TEAM) de diferentes países, sendo o *TEAMBrasil* coordenado pelo Arquivo Nacional; coordenação do Grupo de Trabalho de Gerenciamento dos Acervos Digitais no Arquivo Nacional, que tem como objetivo definir, gerenciar e executar as atividades de guarda dos representantes digitais de documentos produzidos e/ou custodiados pelo Arquivo Nacional; treinamento de servidores públicos em gestão e preservação de documentos digitais.

No âmbito do projeto **Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA)**, as atividades são desenvolvidas com o objetivo de reunir informações sobre a organização administrativa central e federal brasileira, nos períodos colonial, monárquico e republicana destacando-se os projetos “A estrutura administrativa e a consolidação do Estado nacional (1840-1891), 3ª fase; e o “Genealogia dos Ministérios Brasileiros: 1990-2010” que foi desdobrado em volumes da série Cadernos Mapa, intitulados O Império brasileiro e a Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1821-1891) e Entre caminhos e descaminhos: o Estado brasileiro e a organização do Poder Executivo (1990-1994). Manutenção e atualização da página web do MAPA e a implantação de novos registros na base de dados MAPA/SIAN, além de pesquisa para elaboração do livro “Ministério da Justiça - 190 anos”.

Na **Ação Gestão e Administração do Programa** destacou-se em 2011 a conclusão dos serviços de reforma parcial da Coordenação Regional do Arquivo Nacional no Distrito Federal proporcionando condições adequadas ao desempenho das atividades nos locais de trabalho através da implantação de sistema de climatização, bloqueio da incidência de raios solares, instalação de monta carga para transporte vertical de documentos, melhoria da iluminação, criação de salas de convivência e reunião, copas, instalação de corrimão nas escadas, vestiários e sanitários modernos e adaptados para portadores de necessidades especiais, bem como, atendimento parcial das exigências do CBDF. Foram desenvolvidas ações na área de tecnologia da informação, obtendo significativos avanços como desenvolvimento de novos sites, personalização de sistemas e criação de sistemas para atendimento ao projeto Memórias Reveladas, instalação de unidade de armazenamento (*storage*) de 100Tb (*terabytes*), instalação de novos *Security Appliances* e servidores, reestruturação de parte da rede de informática como instalação de novos equipamentos, instalação do novo software de cópia de segurança (*backup*), implementação do *firewall*, clusterização e certificado digital.

Na **Ação Sistema de Atendimento ao Usuário**, cumprindo sua missão de dar acesso à informação e garantir ao cidadão os seus direitos, o Arquivo Nacional deu atendimento a 55.685 usuários de forma presencial e à distância, oferecendo informações por eles solicitadas para fins de prova e de direito e pesquisa histórico cultural.

A **Ação Promoção de Eventos** concebeu duas grandes exposições: *Registros de uma guerra surda* que exibiu documentação sob a guarda do Arquivo Nacional e das instituições parceiras no projeto Memórias Reveladas sobre a opressão e resistência durante os anos em que o Brasil viveu sob um regime político de exceção; e *Viagens italianas*, que celebra o Momento Itália-Brasil com a apresentação de documentos que traçam os caminhos construídos durante séculos de contatos entre os dois povos. Neste mesmo sentido o Arquivo Nacional, em parceria com Rio de Cinema, realizou a 10ª edição do Recine- Festival Internacional de Cinema de Arquivo, sob o tema A Itália e o Cinema Brasileiro, de 7 a 11 de novembro. Dentre títulos publicados, destacam-se as monografias vencedoras do Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisas 2009 – *Subversivos e pornográficos*, *Engenhos da moral e Um jardim regado de lágrimas*. Em 2011, o Arquivo Nacional promoveu a reformulação do portal institucional e dos sites *O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira* e *Exposições Virtuais*, aumentando significativamente o número de acessos. Conjugou-se a esse esforço o lançamento em formato eletrônico da revista *Acervo*, periódico científico do Arquivo Nacional. Em 2011, a instituição realizou dois concursos monográficos, de reconhecimento no meio acadêmico – Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa 2011 e Prêmio Thomas Skidmore 2011. O Arquivo Nacional promoveu, em conjunto com a Associação Latino-americana de Arquivos – ALA, o *7º Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica*, que teve a participação de 275 profissionais e conferencistas de 21 países, realizado no Rio de Janeiro no final do mês de junho

Na área de projetos especiais interinstitucionais cabe destacar a continuidade das ações do **Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas**. Hoje, o Banco de Dados Memórias Reveladas possui 424.159 registros de informações. Nos Estados brasileiros, ações do Memórias Reveladas vêm beneficiando um amplo programa de apoio à organização, preservação, descrição, microfilmagem, digitalização e disseminação de diversos acervos em instituições parceiras da Rede Memórias Reveladas. Em março de 2011 foram realizados o *II Seminário Internacional O Mundo dos Trabalhadores e seus Arquivos – Memória e Resistência* e o *Seminário Nacional A Importância da Política Operária na História Contemporânea do Brasil*. Entre os meses de abril a setembro, ficou aberta ao público, na sede do Arquivo Nacional, a exposição “Registros de uma Guerra Surda”, produzida com base nos acervos tratados no âmbito das ações do Memórias Reveladas. No início de dezembro terá lugar a *Oficina Fontes para a História do Regime Militar – Conceitos e Métodos de Pesquisa em Acervo*, realizada em parceria do Arquivo Nacional com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

As prioridades futuras do Arquivo Nacional incluem o fortalecimento do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da APF, com alteração do Decreto que cria o Sistema e absorção de todas as competências relativas a protocolo e arquivos da APF hoje geridas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A sanção da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações públicas, exigirá a realização no Arquivo Nacional de ações emergenciais para melhor instrumentalizar a instituição, com a reestruturação do Arquivo Nacional como Autarquia e criação de um plano de cargos e salários para os servidores. Será de vital importância promover investimentos para ampliação de nossa área de guarda de acervos, tanto no Rio de Janeiro quanto em Brasília, com a expectativa de ampliação de recolhimentos de documentos federais a partir de campanha de estimular à entrada de documentos na Instituição a ser empreendida pelo Ministro de Estado da Justiça. Faz-se necessária, igualmente, a ampliação do controle, tratamento e digitalização de documentos, em especial aqueles produzidos por unidades de inteligência durante o regime militar, para dar pronto atendimento às demandas dos pesquisadores e da Comissão Nacional da Verdade – CNV. A CNV foi criada pela Presidenta da República com a sanção da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e tem por finalidade examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas durante o regime militar no Brasil. O texto da Lei nomina o Arquivo Nacional e o Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil - Memórias Reveladas como apoiadores aos comissionados da referida CNV na consecução de suas atividades durante os dois anos de intenso trabalho que terão após a sua instalação.

Arquivo Nacional, 22 de novembro de 2011

Jaime Antunes da Silva
Diretor-Geral do Arquivo Nacional
Presidente do Conselho Nacional de Arquivos